
**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PRODEMGE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E
2019**

(Em Reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como missão prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

Dentre os segmentos de atuação da Companhia destacam-se os serviços de data center, sistemas de informação, rede, business intelligence, infraestrutura e certificação digital.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 20 de janeiro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 05 e 06 – Contas a receber e serviços a faturar
- Nota 23 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 24 – Processos judiciais

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo de aquisição, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

- e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- f) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.
- g) O reconhecimento dos processos judiciais é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:
- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
 - Plano de Benefício Definido e Saldado: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
 - A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.
- j) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento e também dos serviços prestados (mas ainda não faturados) onde há incertezas quanto à sua regularização.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2020	2019
Caixa e bancos	277.160	398
Aplicações Financeiras		
. Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	59.046.010	32.844.577
. Fundos de Investimentos	-	9.052.099
. Conta Poupança - Convênio	101.754	100.000
Total	59.424.924	41.997.074

O Caixa e Equivalente de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's são referentes ao CDB Flex Empresarial da Caixa Econômica Federal e BB CDB DI do Banco do Brasil e são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato.

A Conta Poupança – Convênio, refere-se a um Convênio (CV-138/00) firmado entre a Prodemge e a Advocacia Geral do Estado - AGE no exercício de 2019, onde se estabeleceu parceria para o desenvolvimento de um projeto com atividades relativas ao “Monitoramento e recuperação inteligente da dívida ativa”. Este projeto foi selecionado pela chamada Fapemig nº 10/2017, e tem por objetivo apoiar técnica e financeiramente projetos de inovação e pesquisa científica e tecnológica, mediante aporte de recursos financeiros por parte da Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEMIG. O Convênio foi feito com contrapartidas financeiras (para a mão de obra de desenvolvimento com o aporte da Fapemig) e contrapartidas econômicas (recursos tecnológicos). A Companhia participa do projeto com a contraprestação econômica, além de desenvolver o sistema enquanto a AGE participa com a contrapartida financeira através do recurso da Fapemig. Este recurso é repassado para a Prodemge, visto que a Companhia está executando o desenvolvimento do sistema. Parte do valor da contraprestação financeira já foi repassada à Companhia através da conta poupança, que atualizada soma o montante de R\$101.754.

5. CONTAS A RECEBER

	2020		2019	
	Saldo contábil	Vencidos há mais de 04 anos (PECLD)	Valor Líquido	Valor Líquido
Estado de Minas Gerais:				
Administração Direta	70.405.557	(35.174.010)	35.231.547	63.939.120
Administração Indireta	1.533.729	(7.247)	1.526.482	3.615.409
Outros	365.057	-	365.057	32.393
Total Estado	72.304.343	(35.181.257)	37.123.086	67.586.922
Extra Estado				
Prefeituras	1.472.475	(192.110)	1.280.365	1.179.468
Iniciativa Privada	74.878	-	74.878	125.598
Total Extra Estado	1.547.353	(192.110)	1.355.243	1.305.066
Total	73.851.696	(35.373.367)	38.478.328	68.891.988

Em 31 de dezembro de 2020, após o registro contábil da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, a Companhia possui créditos vencidos e a vencer, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$38.478.328, sendo que para o ano de 2019 o montante era de R\$68.891.988. A redução dos valores a receber foi ocasionada por ações dos administradores da Companhia junto ao Estado, no sentido de regularização de débitos antigos, além do registro da PECLD.

As provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico dos recebimentos, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Foi feita a provisão dos créditos vencidos há mais de 04 anos. O montante registrado em 2019 foi de R\$31.237.461, ano de início da sua constituição. Para o ano de 2020 este saldo foi acrescido em R\$4.135.906, perfazendo um saldo total de R\$35.373.367. Ocorreu também o registro de R\$519.093, referente a faturas emitidas há mais de 10 anos.

A segregação da composição do Contas a Receber em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

	2020
Recebimentos a identificar	(851.172)
A vencer	1.859.520
Até 30 dias:	6.172.632
De 31 até 60 dias:	1.899.629
De 61 até 90 dias:	734.858
De 91 até 120 dias:	143.319
Acima de 120 dias:	63.892.909
PECLD	(35.373.367)
Total	38.478.328

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados no mês de dezembro que não foram faturados, mas que tem a emissão do documento fiscal no mês subsequente estão contabilizados a título de Serviços Realizados a Faturar.

Até 31 de dezembro de 2019, estavam classificados neste grupo de contas valores referentes à prestação de serviços realizada sem cobertura contratual, ou que excede o saldo contratual, ou contrato vencido ou sem ateste. Para essa prestação de serviço, a emissão do documento fiscal só ocorrerá quando houver a regularização da cobertura contratual. No exercício de 2020, ocorreu a reclassificação desses valores para o Ativo Não Circulante (vide NE13).

	2020	2019
Prestação de serviço sem cobertura contratual	-	30.473.039
Prestação de serviço mês dez/20 faturado em jan/21	20.665.841	19.997.849
Total	20.665.841	50.470.888

7. PARTES RELACIONADAS

7.1) Ativo, Passivo e Resultado

Natureza das operações com partes relacionadas:

. Estado de Minas Gerais

- a) Prestação de serviço de tecnologia da informação (nota explicativa 05 e 06)
- b) Aluguel Condomínio Cidade Administrativa – SEPLAG
Segundo a Lei 22.257 de 27/07/2016 (art. 38, II, c, 1), a Prodemge está vinculada à Seplag na estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.
- c) Contratação de serviço terceirizado com a Minas Gerais Participações SA - MGS
A Prodemge possui atualmente ações no montante de R\$312.410 da MGS, o que corresponde a 1% (um por cento) do capital da empresa participada.

. Fundação Libertas: Previdência complementar para os empregados e diretores da Companhia

- IEPHA: aluguel de imóvel, conforme NE 21

Abaixo, segue posição em 31/12/2020 e 31/12/2019, nos grupos de Ativo e Passivo:

	2020	2019
Ativo - Contas a Receber		
. Administração Direta (Cliente)	70.405.557	95.081.362
. PECLD (Ad.Direta)	(35.174.010)	(31.142.242)
	35.231.547	63.939.120
. Administração Indireta (Cliente)	1.533.729	3.219.944
. PECLD (Ad.Indireta)	(7.247)	(9.652)
	1.526.482	3.210.292
Ativo - Serviços a Faturar		
. Administração Direta (Cliente)	46.902.500	47.409.425
. PECLD (Ad.Direta)	(11.166.247)	(1.663.120)
	35.736.254	45.746.305
. Administração Indireta (Cliente)	3.991.105	3.219.944
. PECLD (Ad.Indireta)	(177.765)	(477.319)
	3.813.340	2.742.625
Passivo		
. SEPLAG - Fornecedor	2.394.355	-
. MGS - Fornecedor	241.179	301.744
. Fundação Libertas	23.425.125	25.528.974
. IEPHA	359.500	-

As transações com as Partes Relacionadas referentes à prestação de serviços registraram os montantes abaixo para os exercícios de 2020 e 2019:

	2020	2019
Receita		
. Administração Direta e Indireta	245.812.654	290.035.995

7.2) Operações com Administradores

Os administradores são compostos pelos membros do conselho de administração e diretores, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração da Diretoria Executiva da Companhia compreende honorários e benefícios (plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida), e o Conselho de Administração é remunerado com honorários. Os montantes anuais estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Diretoria Executiva	969.603	1.111.261
Conselho de Administração	355.150	244.500

8. ESTOQUE

O saldo demonstrado no grupo de estoques compreende o somatório dos materiais adquiridos com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas. Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão representados por Provisão de Imposto de Renda sobre aplicações financeiras.

10. CRÉDITOS PIS/COFINS

A Companhia utiliza, na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI. As apurações dessas contribuições acontecem à medida em que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita da Companhia advém de contratos com órgãos públicos. À medida que os recebimentos acontecem os créditos são utilizados. Com isso, mantém registrados os créditos ainda não utilizados em seu ativo, aguardando o recebimento das faturas dos órgãos públicos.

11. DEVEDORES DIVERSOS

	2020	2019
Adiantamentos férias	680.478	493.964
Outros adiantamentos a empregados	10.550	61.051
Créditos a receber - Folha de Pagamento	139.587	-
Total	830.615	555.015

A Companhia mantém registrado como Devedores Diversos adiantamentos a empregados, conforme detalhado acima, bem como crédito a receber oriundo de ressarcimento de remuneração paga a maior a diretores e conselheiros nos anos de 2017 a 2019, no montante de R\$139.587. Segue abaixo detalhamento do fato:

A gestão atual da Companhia solicitou à Controladoria Geral do Estado – CGE que efetuasse uma auditoria nos aumentos recebidos pelos diretores e conselheiros no período de 2017 a 2019. A CGE emitiu Nota de Auditoria N°5140.1831.19 decorrente do Processo de Auditoria N°5140.152.07.0451.19, onde foram julgados os seguintes pontos:

- Aumento de 11,52% na remuneração dos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem aprovação da assembleia geral, no período de setembro de 2017 a junho de 2018, desrespeitando as normas legais e regulamentos;
- Aumento concedido em agosto de 2018, retroativo ao mês de julho de 2018, pago aos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem autorização formal;
- Incorporação de reajuste sindical de 3,64% à remuneração dos membros da diretoria, sem aprovação pela assembleia geral a partir de setembro de 2018.

Diante do exposto, as irregularidades foram constatadas, a CGE se posicionou pelo ressarcimento dos valores recebidos pelos Diretores e Conselheiros antigos à Companhia e foi feita a cobrança administrativa aos devedores. O montante pago indevidamente foi de R\$233.625, sendo que a Companhia já recebeu o valor de R\$94.038 e aguarda pelo restante do ressarcimento (R\$139.587).

12. ATIVOS DE CONTRATOS

Atendendo ao CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes, a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$448.525 referente aos custos com o serviço de desenvolvimento de software, onde o faturamento ocorre apenas no momento em que há transferência de serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os ativos de contrato reconhecidos, basicamente são constituídos pelo custo necessário para execução de um contrato, relativo à parcela que ainda não tenha sido faturada.

	2020	2019
Custo 2018	24.617	562.567
Custo 2019	348.140	1.723.040
Custo 2020	75.768	-
Total	448.525	562.567

13. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo estão detalhados a seguir:

	2020	2019
Depósito e Bloqueio Judicial Trabalhista	6.754.546	6.704.475
Depósito Judicial PIS/COFINS	362.837	-
Projeto Imóvel IEPHA	-	36.500
Serviços a faturar	20.675.720	-
Total	27.793.103	6.740.975

A Companhia possui depósitos recursais decorrente de processos judiciais, no montante de R\$6.754.546, sendo que o depósito mais relevante, no valor de R\$4.748.409, refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – Sindados, representando alguns empregados. Os saldos dos depósitos recursais são atualizados pelo índice da poupança.

Em 2020, a Companhia ingressou com um processo judicial na Justiça Federal da 1ª Região com o pedido de suspensão dos valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A partir da concessão de medida liminar em mandado de segurança, os valores referentes aos impostos discutidos vêm sendo depositados judicialmente.

Na conta Serviços a Faturar estão representados os valores decorrentes da prestação de serviços realizados sem cobertura contratual, ou que excedem o saldo contratual, ou que estão com contrato vencido ou sem ateste, cuja emissão do documento fiscal ocorre apenas quando há regularização contratual. Até 31 de dezembro de 2019 os valores estavam registrados no Ativo Circulante, conforme demonstrado na Nota explicativa 6.

Em 31 de dezembro de 2020 a conta está composta da seguinte forma:

	2020		
	Saldo Contábil	PECLD	Valor Líquido
Prestação de serviço sem cobertura contratual	32.107.562	(11.431.842)	20.675.720
Total	32.107.562	(11.431.842)	20.675.720

Para os Serviços a Faturar, as provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise das regularizações contratuais com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Neste exercício, a Política para Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa foi aperfeiçoada, tendo sido alterados os critérios estabelecidos para a constituição da PECLD relativos aos Serviços Prestados, demonstrando os seus créditos com saldos ajustados aos valores prováveis de sua realização, refletindo as perdas que são esperadas, conforme estabelecido no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-48 (Instrumentos Financeiros). O critério para definição da provisão segue abaixo:

Ano Base	Critério
Acima de 4 anos	Provisiona 100%
2017	Provisiona 65%
2018	Provisiona 35%
2019	Não provisiona
2020	Não provisiona

14. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária na empresa Minas Gerais Participações S.A, que também é parte relacionada da Companhia, que corresponde a 1% (um por cento) do capital da empresa participada.

	2020	2019
Participação societária	312.410	312.410
Obra de arte	900	900
Total	313.310	313.310

15. IMOBILIZADO

	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	2020	2019	Taxas anuais de depreciação
			Líquido	Líquido	
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.532.343	(17.523.210)	2.009.133	2.571.914	4%
Equipamentos Processamento de Dados	88.137.734	(70.330.469)	17.807.265	15.183.090	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.648.360	(1.135.331)	513.029	599.655	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	2.347.299	(1.014.927)	1.332.373	1.415.983	7%
Veículos	107.798	(75.459)	32.339	45.948	20%
Total	122.173.533	(90.079.395)	32.094.138	30.216.589	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

A movimentação do ativo imobilizado em 2020 pode ser assim demonstrada:

2019	Aquisições	Depreciação/Baixa	2020
30.216.589	8.242.376	(6.364.827)	32.094.138

A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes.

O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.269.048, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações. (Vide NE 27.c). A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

16. INTANGÍVEL

			2020	2019
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	56.755.003	(53.826.376)	2.928.627	4.344.741

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis ao prazo de 05 anos.

A movimentação do ativo intangível em 2020 pode ser assim demonstrada:

2019	Aquisições	Amortização/Baixa	2020
4.344.741	17.000	(1.433.113)	2.928.627

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27. Não ocorreu a necessidade de ajustes em atendimento e observação das normas citadas.

17. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas com bens ou serviços adquiridos para a execução das atividades normais da Companhia, sendo integralmente registrados no Passivo Circulante.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2020	2019
PIS	1.445.747	2.185.966
INSS	2.063.263	2.157.104
COFINS	6.662.170	10.073.314
Salários e Honorários a pagar	6.000.295	4.476.683
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	1.255.185
FGTS	849.454	898.428
Plano Previdencial Libertas	2.084.265	2.130.643
Contribuições retidas na fonte	156.354	185.364
Benefício Pós Emprego	7.606	23.649
Total	19.269.154	23.386.336

A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para apuração do PIS e da COFINS. Os créditos de PIS/COFINS (vide nota explicativa 10) são compensados com as contribuições não cumulativas, na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.

A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS retido sobre salários.

O Plano Previdencial Libertas e Benefício pós Emprego referem-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidades BD e CD.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais estão compostas conforme segue:

	2020	2019
IRRF	2.317.724	2.408.142
ISSQN - Próprio	26.457	35.147
ISSQN retido	52.786	63.903
IRPJ/CSLL estimativa dez/2020	504.045	4.882.989
IRPJ/CSLL diferidos s/ Res.Reavaliação	13.597	13.597
IRPJ/CSLL - 2017/2018	1.016.290	15.657.731
TOTAL	3.930.898	23.061.509

Em 2020, a conta IRPJ/CSLL estimativa sofreu considerável redução se comparado ao ano de 2019. Redução essa decorrente do resultado anual, uma vez que em 2020 houve uma queda no lucro do exercício em relação ao lucro de 2020.

A Companhia possuía uma dívida tributária perante a Receita Federal referente ao IRPJ/CSLL dos anos de 2017 e 2018 pendente de regularização. Dando prosseguimento às ações, iniciadas em 2019, de saneamento de pendências em suas contas, a Companhia optou pela regularização do débito. Para tanto, efetuou o pagamento do montante de R\$10.871.809 em maio de 2020, e para quitar o restante da dívida solicitou com um parcelamento no montante de R\$4.990.622, para pagamento em 60 meses junto à Receita Federal, com previsão de término em maio de 2025.

Em 31/12/2020, a dívida está registrada no Circulante pelo valor de R\$1.016.290 e no Não Circulante pelo valor de R\$3.472.325.

20. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

Até o ano de 2012, a Companhia oferecia o plano de benefício definido RP5 a seus empregados. Dos anos de 2012 a 2014, adotou uma estratégia previdencial, visto que o Plano Prodemge RP5 apresentava-se deficitário, que culminou com:

- 1) A criação do Plano ProdemgePrev, na modalidade de contribuição definida, em 01 de dezembro de 2012;
- 2) O fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, em dezembro de 2013;
- 3) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, modalidade contribuição definida, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014;
- 4) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, na data efetiva da transação, ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente à dívida da migração, onde passou a vigorar o novo prazo de 96 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. O contrato Saldado foi totalmente quitado no exercício de 2017.

No exercício de 2018, devido à dificuldade financeira que a Companhia passou 03 (três) parcelas não foram quitadas no momento devido e novamente ocorreu a renegociação dos débitos do plano ProdemgePrev, onde esses débitos foram adicionados ao saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor registrado é de R\$20.541.678, restando 52 parcelas a vencer para o contrato do Plano ProdemgePrev – CD.

	2020	2019
Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	5.351.015	5.086.618
Não Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	15.190.664	18.288.064
Total Circulante + Não Circulante	20.541.678	23.374.682

21. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Neste grupo há o registro de valores a pagar referente a débitos gerados pela folha de pagamento (pensão alimentícia, sindicato, plano de saúde, empréstimos bancários) e a contrapartida do depósito bancário referente ao Convênio com a AGE (vide NE 4).

Além disso, decorrente de um Termo de cessão oneroso do imóvel do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA há o registro de aluguel a pagar, no montante de R\$359.500. Conforme consta no Termo, o aluguel será abatido dos valores gastos com a realização de obras no local, com previsão de início em 2021.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	Vr. Segurado
Edifícios	2.571.913
Equipamentos Processamento de Dados	14.104.022
Móveis, Utensílios e Ferramentas	599.655
Estoque	731.643
Bens de Terceiros	16.623.167
Certificação Digital	1.000.000
Veículo	Vr. de mercado

A Companhia contratou serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, no limite máximo de garantia de R\$30.000.000 (trinta milhões de reais), visando garantir indenização para as referidas pessoas, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por seus atos de gestão, no exercício de suas funções.

23. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do Imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre o lucro do negócio Receita a Faturar (vide nota explicativa 06), sobre a Reserva de Reavaliação sobre Edificações (vide nota explicativa 15) e sobre o Passivo Líquido apurado na Avaliação Atuarial (nota explicativa 24).

	2020	2019
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Serviços a Faturar	4.143.343	4.134.057
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Reserva de Reavaliação	147.210	160.807
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Avaliação Atuarial	6.944.310	5.558.490
Total	11.234.862	9.853.354

24. BENEFÍCIO POS EMPREGO

Em atendimento a deliberação CVM nº 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBC TG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante do montante de R\$20.424.441 em 2020 e R\$16.348.501 referente a 2019, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, conforme esclarecimentos abaixo.

AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes, supervisores e demais especialistas. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida

Conforme definido pela CVM nº 695, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação.

O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Consequentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

		2020			2019		
		RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
Ativos	Quantidade	1	1	2	1	3	4
	Média Idades	44	60	52	43	56	50
Mantidos	Quantidade	3	7	10	3	6	9
	Média Idades	49	54	51	48	53	51
Aposentados	Quantidade	10	145	155	10	146	156
	Média Idades	67	68	68	68	68	68
	Suplementação Média	3.349,22	4.922,84	4.136,03	3.269,68	4.785,65	4.027,67
Pensionistas	Quantidade	5	18	23	4	16	20
	Média Idades	54	69	62	53	69	61
	Suplementação Média	1.919,40	2.223,59	2.071,50	1.873,31	2.217,26	2.045,29

Fonte: Base de Dados Fundação Libertas

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses atuariais adotadas estão em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses Demográficas	Evento Morte Válidos	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
Hipóteses Econômicas	Composição familiar	Família Real	Família Real
	Taxa Real de Juros	3,5657%	3,1277%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	3,35%	3,35%
	Fator Capacidade (Salários e Benefícios)	98,20%	98,20%

A taxa nominal de juros aplicada de 7,04% para o plano RP5II e de 6,58% para o plano Saldado resulta da composição:

- Da taxa real de juros de 3,5657%, para o Plano RP5II e de 3,1277% para o Plano Saldado, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à duration de 186 meses para o Plano RP5II e de 131 meses para o Plano Saldado, conforme as Demonstrações Atuariais de 31/12/2019 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no curto prazo de 3,35%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 04 de dezembro de 2020.

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Para a reconciliação da obrigação de benefício definido é necessário conhecer o valor da obrigação registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo. A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	2020	2019
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	146.233.261	117.599.145
2. Custo do serviço corrente	18.536	40.404
3. Custo dos juros	9.807.857	11.392.034
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(9.486.733)	(8.360.516)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	-	-
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) decorrente de fusão/ alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(4.846.256)	23.783.091
c. Efeito da experiência do plano	3.423.513	1.779.103
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	145.150.178	146.233.261

O custo do serviço corrente em 31/12/2020 mostrou-se inferior ao registrado em 31/12/2019. Um forte influenciador deste custo é a queda no número de participantes no plano salgado.

A queda nas obrigações deve-se exclusivamente pelo aumento na taxa de desconto.

	2020	2019
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	129.289.561	111.949.432
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	8.674.383	10.836.531
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	1.454	13.802
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	1.458	10.790
c. Benefício pago pelo plano	(9.486.733)	(8.360.516)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(4.332.277)	14.839.521
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	124.147.846	129.289.561

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A Deliberação CVM nº 695/2012 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

	2020	2019
1. Obrigação de benefício definido	145.150.178	146.233.261
2. Valor justo do ativo do plano	(124.147.846)	(129.289.561)
3. Situação financeira do plano	21.002.332	16.943.700
4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	(577.891)	(595.199)
5. Passivo / (Ativo) líquido	20.424.441	16.348.501

Seguindo a Deliberação CVM nº 695/2012, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

25. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista e justiça comum, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 39 processos classificados como prováveis e referem-se a processos trabalhistas.

Se comparado com o ano de 2019, houve redução das provisões a título de perda provável dos valores dos processos judiciais no montante de R\$1.328.824.

As provisões são constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$7.097.946. Dentro deste montante, está incluído o depósito para garantia do juízo no valor de R\$4.748.409, referente à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo SINDADOS, representando alguns empregados da Companhia.

Na Justiça do Trabalho, as ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, hora ficta, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 08 processos (21% do total dos processos de perdas prováveis), representando 3% do valor total a provisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

Possui também, como Passivo Contingente o montante de R\$132.465 avaliados como perda possível pela Assessoria Jurídica da Companhia, classificados na Justiça do Trabalho e na Justiça Comum.

A classificação das provisões de processos pela assessoria jurídica está assim representada:

		2020	2019
Perda Provável	Justiça do Trabalho	7.097.946	8.126.770
	Justiça Comum	-	300.000
Total		7.097.946	8.426.770

		2020	2019
Perda Possível	Justiça do Trabalho	127.165	217.378
	Justiça Comum	5.300	269.150
Total		132.465	486.529

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R2) onde, para o exercício de 2020, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia, conforme NE 24, ocorreu o reconhecimento de R\$5.460.641 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, levando o saldo a apresentar-se negativo em R\$19.144.026 em 31 de dezembro de 2020.

Saldo 31/12/2019	(13.683.385)
Perda atuarial 2020	(4.075.940)
IRPJ/CSLL diferidos	(1.385.820)
Ajuste nas provisões expagamentos	1.120
Saldo em 31/12/2020	(19.144.026)

c) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide NE 15). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Reserva de Reavaliação de Terrenos	10.295.442
Reserva de Reavaliação de Edificações	
. Reserva de Reavaliação sobre Edificações	(39.992)
. IR/CSLL sober Reserva de Reavaliação de Edificações	13.597
Saldo em 31/12/2020	10.269.048

Em 2020 foi realizado o valor de R\$39.992 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações e R\$13.597 ao IRPJ/CSLL diferidos.

d) Lucros/Prejuízos acumulados

Prejuízo Acumulado até 31/12/2019	(16.661.614)
Reversão da Reserva de Reavaliação	39.992
Lucro do exercício	723.093
Prejuízo Acumulado em 31/12/2020	(15.898.530)

27. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida mensalmente no resultado pelo regime de competência, tendo como principais clientes os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais.

27.a) DESCONTOS CONCEDIDOS

Para alavancar o recebimento de créditos, assim como ocorrido em 2019, a Companhia procedeu com a ação de oferecer desconto para clientes adimplentes com a Companhia.

Em alinhamento às medidas de redução de gastos do governo do estado, especificamente durante o período de combate à pandemia da Covid-19, a Prodemge optou por conceder desconto de 10% sobre o valor dos serviços prestados aos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e aos poderes Legislativos e Judiciário nos meses de junho a dezembro de 2020, totalizando o montante de R\$14.220.756.

O desconto foi concedido de forma incondicional, por órgão, nos três primeiros meses (junho, julho e agosto). Nos demais meses do ano (setembro, outubro, novembro e dezembro), para fazer jus ao desconto foi necessário que os valores equivalentes aos faturados nos três meses anteriores tenham sido pagos, mesmo que o pagamento seja feito utilizando quaisquer débitos anteriores. Tal medida foi adotada visando manter o equilíbrio de Caixa da Companhia.

27.b) IMPOSTOS INCIDENTES

A Companhia apresentou os seguintes impostos incidentes sobre a sua prestação de serviços:

	2020	2019
ISSQN (2,5%)	6.517.790	7.193.572
PIS (0,65% e 1,65%)	3.227.120	3.838.316
COFINS (3,0% e 7,6%)	14.869.361	17.676.759
INSS desoneração (4,5%)	11.155.726	13.381.685
Total	35.769.998	42.090.332

28. CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2020, a Companhia prosseguiu com as ações voltadas a uma gestão responsável e eficiente, iniciadas em 2019, que permitiu a redução de gastos na Companhia conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019	% Redução
Pessoal	109.006.609	112.394.220	-3,01%
Treinamento	12.708	22.860	-44,41%
Material	831.581	1.864.864	-55,41%
Manutenção Equipamentos	10.120.788	13.969.642	-27,55%
Manutenção Bens Instalações	19.960	89.384	-77,67%
Aluguel Equipamentos	1.110.847	853.344	30,18%
Serviços Terceiros	7.414.128	14.319.123	-48,22%
Licenciamento e Manutenção Software	14.134.739	16.115.193	-12,29%
Utilidades e Custos Gerais	3.344.982	3.930.596	-14,90%
Depreciação/Amortização	6.968.529	8.914.152	-21,83%
Total	152.964.871	172.473.379	-11,31%

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas Administrativas e Gerais também foi impactado pelas ações da Diretoria Executiva da Companhia, sofrendo reduções conforme composição abaixo:

	2020	2019	% Redução
Pessoal	26.875.274	28.218.812	-4,76%
Treinamento	37.249	15.525	139,93%
Material	35.792	80.737	-55,67%
Manutenção Equipamentos	42.337	42.914	-1,34%
Manutenção Bens/Instalação	108.004	141.737	-23,80%
Aluguel Equipamentos	20.169	38.030	-46,97%
Serviços de Terceiros	4.598.656	5.781.619	-20,46%
Licenciamento/Manutenção Software	36.428	2.181	1570,42%
Utilidades e Despesas Gerais	3.522.473	6.233.291	-43,49%
Depreciação/Amortização	369.598	340.281	8,62%
Encargos Tributários	74.761	-	-
Total	35.720.741	40.895.127	-12,65%

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas Financeiras		
. Receitas Aplicação Financeira	1.064.604	295.811
. Descontos Obtidos/Juros Recebidos	102.009	982.232
. Variação Monetária Ativa	156.442	379.282
	1.323.055	1.657.325
Despesas Financeiras		
. Multas	65.235	1.129.782
. Correção Monetária	1.106.134	874.778
. Juros	1.647.916	2.829.469
. Descontos Concedidos	102	1.482
	2.819.387	4.835.511

31. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

Foi constituída a PECLD no montante referente ao Contas a Receber e Serviços Realizados a Faturar, conforme notas explicativas 05 e 13, afetando o resultado do exercício de 2020 em R\$13.390.307.

32. PERDAS SOBRE FATURAS

Em 2020 ocorreram baixas de faturas emitidas do ano de 2010 no valor de R\$530.181, conforme determinado na Política de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

33. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Grupo de contas composto pelo montante do ressarcimento dos honorários dos diretores e conselheiros (vide NE11) no montante de R\$233.625, outras receitas (R\$.4.868 – boletos de certificação digital pagos em duplicidade onde a Companhia não conseguiu efetuar as devoluções), bem como prejuízo com venda e baixas de bens do estoque (R\$168.251).

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2020, com base no lucro real, os montantes de R\$6.169.203, de provisão para o imposto de renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$2.376.786 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, totalizando R\$8.545.990.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		IMPOSTO DE RENDA	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes das adições/exclusões	9.269.083	22.172.275	6.892.297	18.086.583
Adições	53.583.658	41.987.860	56.037.336	45.996.660
Exclusões	(36.444.008)	(8.139.361)	(36.444.008)	(8.139.361)
Base de Cálculo	26.408.733	56.020.773	26.485.625	55.943.882
Comp.base de cálculo negativa/prejuízo fiscal	-	(10.624.196)	-	(12.345.823)
Incentivo PAT	-	-	(158.914)	(261.588)
Licença Maternidade	-	-	(269.289)	(203.867)
IRPJ/CSLL	2.376.786	4.085.692	6.169.203	10.410.059

35. DIVULGAÇÃO DE DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que a execução dos serviços da Prodemge está voltada para o benefício do interesse coletivo, onde desenvolve soluções tecnológicas que agilizam a prestação de serviços públicos e facilita a relação do Governo com o cidadão. Os dados operacionais e financeiros dessas atividades estão inseridos no Relatório da Administração.

36. EFEITO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em função da pandemia mundial declarada pela OMS – Organização Mundial da Saúde ocasionada pelo surto da Covid-19, a Prodemge implantou uma série de ações e medidas que, alinhadas às diretrizes do Governo de Minas Gerais, buscaram manter a qualidade dos serviços prestados.

A situação de calamidade em saúde pública provocada pela Covid-19 afetou a arrecadação do estado de Minas Gerais, levando o Governo a impor regras de contingenciamento de gastos. Em 31 de março de 2020, foi assinado o decreto nº 47.904, que determinou a suspensão dos contratos de serviços considerados não essenciais para a execução mínima das políticas públicas e aqueles impossibilitados de paralização deveriam ser reduzidos em 25% do patamar de execução atual.

Procurando alternativas para evitar grande impacto em suas receitas, a Companhia buscou acordos de descontos junto aos clientes da Administração Direta e Indireta, autarquias e fundações da esfera estadual, no percentual de 10%, totalizando o montante de R\$14.220.756, conforme consta na nota explicativa 27(a).

Preparando-se para a eminente redução nas suas receitas e com um plano de ação para manter o caixa da Companhia, a Prodemge revisou seu orçamento de 2020, reduzindo também seus gastos com despesas e investimentos. O resultado deste esforço pode ser verificado através da redução de 11,3% nos custos e de 12,6% nas despesas administrativas e gerais.

Além disso, em obediência às recomendações de isolamento social, a Companhia adotou ações para evitar o contágio e a propagação do vírus como a adoção do regime de teletrabalho, suspensão dos atendimentos presenciais, cancelamento de viagens e diretrizes mais rigorosas quanto à limpeza de áreas comuns.

A Companhia se beneficiou ainda com a postergação do recolhimento do INSS, PIS e COFINS (Portarias 139, 150 e 245/2020) e FGTS (Medida Provisória 927/20).

Seguindo todas as premissas acima, que consistem em um plano robusto para manutenção do caixa e da liquidez corrente de 2,25, equivalente ao nível atual do fechamento de dezembro de 2020, a Companhia demonstra a sustentabilidade das ações propostas.

Por fim, cabe mencionar que a Companhia continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios, podendo adotar outras medidas conforme haja necessidade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto
Roberto Tostes Reis
Tadeu Barreto Guimarães
Conrado Lopes Vilaça de Abreu
Kassius Caxito de Vasconcelos
Alonso Fernandes Júnior
Guilherme Caldas Emrich
Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Tostes reis – Diretor Presidente
Ladimir Lourenço dos Santos Freitas - Diretor
Geraldo Gilson Maciel Ribeiro - Diretor

CONSELHO FISCAL

Guadalupe Machado Dias
Andrea Riechert Senko
Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes
Fábio Rodrigo Amaral de Assunção
Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Carlos Antônio Duarte
Luis Carlos Jardim
Sandro Cesar Borges

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9